



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 7 | Julho 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Julho de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Julho.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Relatório de Orientação da Política Orçamental

No dia 2 de Julho, foi entregue, na Assembleia da República, o Relatório de Orientação da Política Orçamental (ROPO) de 2010, que apresenta o novo cenário macroeconómico, bem como as novas metas orçamentais, para o horizonte 2010 – 2013, decorrentes da antecipação e aceleração do processo de consolidação orçamental.

Deste modo, em linha com o pacote de medidas adicionais de consolidação orçamental anunciadas a 13 de Maio, as novas metas para o défice público são de 7,3% do PIB, em 2010, 4,6% em 2011, 3,0%, em 2012 e 2,0% em 2013 (Quadro 1).

Quadro 1. Principais indicadores orçamentais
(em % do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013
Receita total	38,8	40,6	42,1	42,8	43,0
Despesa total	48,0	47,9	46,6	45,8	45,1
Despesa corrente primária	41,7	41,7	40,3	39,3	38,4
Saldo orçamental	-9,3	-7,3	-4,6	-3,0	-2,0
Saldo primário	-6,4	-4,1	-0,8	0,8	1,9
Dívida pública	76,3	83,5	85,9	85,9	84,8

Fontes: INE e MFAP.

Estes valores representam um esforço adicional de consolidação, face aos objectivos inscritos na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013, de 1 e 2 p.p., em 2010 e 2011, respectivamente, permitindo o cumprimento do limite do défice orçamental do Pacto de Estabilidade e Crescimento um ano antes do previsto.

Depois de, em 2009, se ter registado um défice orçamental de 9,3% do PIB, antevê-se, com a implementação do programa de medidas anunciado, retomar uma trajectória de consolidação orçamental, por via do aumento da receita, mas também pelo controlo e diminuição da despesa pública.

O impacto conjunto esperado das medidas preconizadas no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, bem como das medidas adicionais anunciadas a 13 de Maio, é sintetizado no quadro seguinte:

Quadro 2. Principais impactos das medidas de consolidação orçamental

	2010	2011	2012	2013
	Em % do PIB			
	efeitos directos por comparação com cenário de ausência de medidas			
DIMINUIÇÃO DE DESPESA CORRENTE	0,31	1,29	1,72	2,20
Despesas com Pessoal	0,11	0,36	0,58	0,84
Despesas Sociais	0,08	0,52	0,79	0,99
Despesas de Consumo Intermédio	0,07	0,30	0,19	0,20
Subsídios	0,05	0,08	0,08	0,08
Despesa com Juros	0,00	0,03	0,07	0,10
DIMINUIÇÃO DE DESPESA DE CAPITAL	0,22	0,71	1,02	1,21
AUMENTO DE RECEITA	0,63	1,95	2,02	2,07
Redução de deduções e benefícios fiscais (despesa fiscal)	0,00	0,45	0,46	0,46
Outras medidas de reforço da receita fiscal e contributiva	0,63	1,50	1,56	1,61
Outras medidas de reforço da receita	0,00	0,11	0,11	0,11
TOTAL DA POUPANÇA ORÇAMENTAL (atribuível a estas medidas)	1,16	3,95	4,75	5,49

Fonte: MFAP.

No que respeita à evolução da dívida pública, espera-se uma estabilização do rácio em percentagem do PIB já em 2012 e uma redução em 2013, atingindo o valor de 84,8% do PIB. O saldo primário deverá contribuir positivamente para a redução da dívida pública a partir de 2012, enquanto o impacto do programa de privatizações previsto no PEC 2010-2013 deverá iniciar-se em 2011 (Quadro 3).

Quadro 3. Evolução da dívida pública

	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida pública consolidada (% PIB)	76,3	83,5	85,9	85,9	84,8
Varição em p.p. do PIB	11,0	7,2	2,4	0,0	-1,1
Efeito saldo primário	6,4	4,1	0,8	-0,8	-1,9
Efeito dinâmico	4,5	2,0	1,9	1,3	1,2
Outros	0,0	1,1	-0,4	-0,5	-0,5

Fontes: Banco de Portugal, INE e MFAP.

No que se refere ao cenário macroeconómico, e num contexto de incerteza quanto às condições prevalentes na economia portuguesa, as previsões revestem-se de alguma prudência. Espera-se que a procura externa relevante para Portugal seja a principal fonte do dinamismo da actividade económica, o que, conjuntamente com o ajustamento da procura interna, conduzirá a uma melhoria gradual das necessidades externas de financiamento da economia (Quadro 4).

Quadro 4. Cenário macroeconómico

	2009	2010	2011	2012	2013
PIB (t.v.h.)	-2,6	0,7	0,5	1,1	1,7
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)					
Procura interna	-3,3	0,3	-0,4	0,1	0,6
Procura externa líquida	0,8	0,4	0,9	1,0	1,0
IPC (%)	-0,8	1,1	2,0	2,0	2,0
Taxa de desemprego (%)	9,5	9,8	10,1	9,8	9,6
Necessidades líquidas de financiamento da economia (% do PIB)	-9,3	-8,7	-7,8	-7,3	-6,8

Fontes: INE e MFAP.

Face ao cenário apresentado na actualização do PEC 2010-2013, estas previsões incorporam a revisão de base das Contas Nacionais Portuguesas do Instituto Nacional de Estatística, bem como o impacto dos esforços de consolidação orçamental levados a cabo, não só em Portugal, como nos seus principais parceiros comerciais, o que conduziu a uma revisão em baixa do crescimento previsto para 2011.